

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: DESAFIOS PARA PENSAR A AUTONOMIA DOCENTE

Lucinalva Azevedo dos Santos¹; Ângela Cristina Alves Albino²; Sheila Costa de Farias³

¹Universidade Federal da Paraíba/CCA – lucinalvaazevedo@outlook.com; ²Universidade Federal da Paraíba/CCA/DCFS-angela.educ@gmail.com; ³Universidade Federal da Paraíba/CCA/DCFS - sheilaufpb1@gmail.com

Resumo: No campo de produção de políticas curriculares, a BNCC - Base Nacional Comum Curricular - é uma política nacional de currículo que tem buscado articular os entes federados e a sociedade de um modo geral a compor até 2017 uma proposta de Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento para toda educação Básica. O desenvolvimento de uma BNCC para as escolas brasileiras repercute e tenciona não só o currículo, mas todas as questões capilarizadas na proposição de saberes desse movimento de decisão que são as redes de conhecimento vinculadas à gestão escolar, à formação docente e à própria recepção discente. Esse trabalho faz parte de um projeto de extensão, em andamento, que tem como objetivo socializar a temática BNCC na comunidade escolar, bem como fazer uma abordagem reflexiva a partir do conhecimento e da opinião de professores acerca da Base. O trabalho foi realizado em escolas da cidade de Areia e Remígio, Paraíba, tanto da rede estadual como municipal. Foram cinco escolas participantes, duas de Areia e três de Remígio. No total, foram trinta e um professores que participaram do trabalho em questão. A pesquisa é de caráter qualitativo, sendo aplicado um questionário estruturado, com análises do discurso em andamento, baseados nos métodos de estudo de Norman Fairclough. Durante o projeto, foi realizado um seminário temático, abordando a BNCC e a perspectiva curricular. Diante das primeiras impressões na avaliação dos discursos dos docentes que responderam ao questionário, percebe-se que há uma intensa preocupação na implementação de uma Base em virtude de como ficará as especificidades regionais. E pela ampla participação no seminário nota-se que os atores educacionais querem estar presentes nas discussões que acometem as políticas educacionais. Conclui-se que a BNCC é uma temática que preocupa a comunidade escolar, pois o propósito de democratização e combate às desigualdades sociais não parece uma realidade efetiva do documento, necessitando de amplos debates e difusão de informações sobre a mesma.

Palavras-chave: BNCC; Currículo; Educação; Docência.

1. INTRODUÇÃO

No campo educacional, há um processo dinâmico em que ações levam à conquista de direitos que se tornam leis. Esta dinâmica político-social dá legitimidade aos processos de decisão sobre metas a serem alcançadas. Assim compreendido, o intenso debate nacional sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no decorrer de 2015 e 2016, já estava previsto na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases, e depois viria a ser reafirmado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

Quase vinte anos após a promulgação da LDB, como parte do esperado debate, foi produzido o Plano Nacional de Educação que levou ao estabelecimento de metas relativas à Base Nacional Comum Curricular. Interpretando estes interesses e lutas, foi construída uma proposta de BNCC – em sua primeira e segunda versões. Tal processo foi balizado pela ampla participação da sociedade na produção do Plano Nacional de Educação e pelo diálogo com grupos que trabalham com a educação e com a pesquisa educacional.

A BNCC é uma parte importante da construção do currículo escolar da educação básica brasileira e também se apresenta como campo de disputas profundas entre projetos distintos de sociedade e de educação, se encontrando também no centro da discussão sobre o projeto de nação atual, assim como está no cerne do debate das questões atuais relativas ao desenvolvimento e à inclusão social. O desenvolvimento de uma BNCC não só vai atingir o currículo, mas também as redes de conhecimento vinculadas à gestão escolar, à formação docente e à própria recepção discente.

O presente trabalho traz análises iniciais de um projeto de extensão, que busca analisar a visão de professores acerca da política educacional, isto é, da BNCC – Base Nacional Comum Curricular. No Brasil, a política de reformulação educacional tem chamado atenção pelas críticas de algumas instituições e associação de educadores.

Para compreender as expectativas docentes, a pesquisa está sendo realizada por meio de questionários estruturados, nas escolas do município de Areia-PB. Para a análise dos dados, estamos trabalhando com a perspectiva da Análise Crítica do Discurso, a partir de Fairclough (2011) que dispõe de uma metodologia de análise que compreende o discurso como prática social. A pesquisa contribui para verificar o acompanhamento e o interesse dos professores nesse processo tão importante de produção curricular, uma vez que, se aprovado,

afetará diretamente suas práticas pedagógicas.

Para a fundamentação deste estudo, estamos investindo em fundamentos da base teórica e metodológica da Análise Crítica do Discurso – ACD, uma abordagem teórico-metodológica que estuda textos e eventos em diversas práticas sociais. A análise crítica do discurso se opõe ao estudo formal da linguagem e tem como objetivo explicitar no discurso aquilo que está encoberto, que não é percebido imediatamente.

No livro **Discurso e Mudança Social** (2001), Norman Fairclough fala sobre métodos para o estudo do discurso, onde ele aborda que o discurso não é apenas uma atividade individual. Nesta perspectiva, o autor retrata o uso da linguagem como forma de prática social (FAIRCLOUGH, 2001).

Fairclough (op. cit.) considera o discurso como um modo de ação, sendo uma forma das pessoas poderem agir sobre o mundo e influenciar os outros. O autor ainda afirma que o discurso é uma forma de contribuir direta ou indiretamente para a constituição das estruturas sociais. Fazem parte da prática discursiva a maneira convencional e a criativa como se reproduzem a sociedade, as identidades sociais, as relações sociais, os sistemas de conhecimentos e as crenças, e esta mesma prática discursiva possui a autonomia de transformar estas estruturas. Assim, o autor defende: “É importante que a relação entre discurso e estrutura social seja considerada como dialética para evitar os erros de ênfase indevida; de um lado, na determinação social do discurso e, de outro, na construção social do discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92).

Para o referido autor, a prática social é uma dimensão do evento discursivo, tendo assim várias orientações, podendo ser de ordem política, econômica, cultural ou ideológica, mas na obra supramencionada, ele destaca o discurso como um modo de prática política e ideológica. Ele propõe, de forma clara, que o discurso, como práticas política e ideológica, estabelece relações de poder e de transformações nos significados do mundo e em entidades coletivas como classes, comunidades e grupos da sociedade.

O que mais chama a atenção no texto de Fairclough (2001) é a forma como o autor reúne três orientações linguísticas que geralmente são usadas para analisar discursos, a qual é chamada de concepção tridimensional do discurso, são elas: o texto, a prática discursiva (produção, distribuição e consumo) e a prática social.

Fairclough (op. cit.) explica que a prática discursiva envolve processos de produção,

distribuição e consumo textual, com isso, a origem destes processos varia entre os diferentes discursos. Nesta ótica, é preciso compreender ainda que o texto é produzido de forma particular nos diferentes contextos sociais, portanto, um artigo de um jornal vai variar - forma, conteúdo, linguagem etc. - de acordo com o tipo de veículo em que é produzido - papel ou *on-line*, por exemplo, assim como variam as diferentes formas sociais em que um texto é consumido, sendo individual ou coletivo, podendo ter formas diferentes de leitura e de produção.

Ao discorrer sobre o discurso como prática social, o autor apresenta o conceito de discurso relacionado à ideologia e à hegemonia. Em relação à ideologia, Fairclough (2001) considera a teoria de Althusser em que a ideologia tem existência material nas práticas das instituições e nos atos concretos. A ideologia aborda os sujeitos e considera os aparelhos ideológicos do estado (instituições) como locais e marcos delimitadores na luta de classe. Estas asserções oferecem espaço para uma análise do discurso orientada ideologicamente.

O conceito de hegemonia é apresentado pelo autor como sendo a relação de poder, liderança e dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Por meio do discurso, a hegemonia torna-se uma forma de analisar a prática social, as relações de poder e as ordens dos discursos que existem. Fairclough (op. cit.) destaca ainda que a mudança social apresenta novos caminhos aos discursos por meio do momento em que ocorre.

Complementarmente aos estudos e escritos de Fairclough (2001), Ramalho e Resende (2011), na obra **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**, apresentam métodos e aplicações da ACD. Baseadas em Fairclough, as autoras reforçam o conceito de linguagem como prática social e como instrumento de poder, que articula estudo linguístico e social do discurso: "A Análise de Discurso Crítica, em um sentido amplo, refere-se a um conjunto de abordagens científicas interdisciplinares para estudos críticos da linguagem como prática social" (RESENDE & RAMALHO, 2011, p. 12).

Passando pelos conceitos de discurso como prática social, envolvida em estruturas sociais desenvolvidas por ações individuais, Resende & Ramalho (2011) justificam, de forma concisa, o fato de a ACD pesquisar a linguagem como sistema discursivo que faz parte de um momento de toda prática social. As autoras relacionam a perspectiva crítica da ACD com a Ciência Social Crítica, comprometida com o questionamento de pontos políticos e morais da vida social e com o Realismo Crítico, que é sustentado por três domínios da realidade, o

potencial, o realizado e o empírico, em que o primeiro refere-se aos poderes causais, o segundo refere-se ao que acontece no momento em que esses poderes são ativados e o terceiro ao domínio da experiência dessas ações. As autoras vão, assim, detalhando a abordagem teórico-metodológica da ACD.

As autoras apresentam a ACD como uma abordagem teórico-metodológica para estudos na área do discurso, como um planejamento de pesquisas qualitativas, investigações, pesquisas etnográficas e pesquisas documentais, explorando a ideia de que a ACD é uma proposta para estudos da linguagem que visa a alcançar níveis mais profundos, mecanismos causais discursivos e seus efeitos em um mundo social, e as maneiras como determinam as relações de poder. E é nesta linha de análise - dos mecanismos discursivos - que este trabalho se insere.

As autoras explicam a proposta da ACD como meio de estudo, em que se parte de uma identificação de um problema social e dos elementos que causam o problema, por meio de três tipos de análise: análise de conjuntura, análise da prática particular e análise de discurso. É quando Resende & Ramalho (2011) explicam que a ACD não se limita a uma análise de texto e sim a inúmeras leituras em outras áreas, pois só assim haverá a possibilidade de uma compreensão mais ampla da problemática do discurso social pesquisado. Daí se considerar a ACD uma abordagem interdisciplinar.

Diante dessa abordagem, objetivou-se neste trabalho compreender o discurso como prática social acerca do entendimento e da percepção dos professores da rede pública sobre a Base Nacional Comum Curricular.

2. METODOLOGIA

Este trabalho é uma pesquisa de cunho qualitativo, que busca compreender processos discursivos sobre a implantação da Base Nacional Comum Curricular. Utilizando como abordagem a perspectiva de Análise Crítica do Discurso – ACD, a partir de Fairclough (2001), onde o autor propõe reunir a análise de discurso linguisticamente orientada e a teoria social na composição de um quadro teórico adequado ao estudo das mudanças sociais.

A pesquisa contou com cinco escolas de educação básica estadual, consistindo em duas do município de Areia-PB, uma estadual e a outra municipal, sendo as escolas de Ensino Fundamental I e II e Ensino Fundamental II e Ensino Médio, respectivamente. As outras três

escolas participantes correspondem ao município de Remígio-PB, sendo uma estadual, com Fundamental II e Médio, e as outras duas fazem parte da rede municipal, ambas com Fundamental I e II.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionários estruturados aos professores das escolas envolvidas e sem a identificação dos participantes, com questões abertas e transcritas em seguida. O total de professores correspondeu a trinta e um. De início realizou-se a pesquisa nas escolas com um questionário contendo apenas quatro questões abertas, que indagavam desde o conhecimento que o docente tinha sobre a Base Nacional Comum Curricular, até questões mais abrangentes que solicitavam o posicionamento em relação ao currículo nacional.

No decorrer do projeto foi desenvolvido um seminário temático com uma palestra acerca da Base Nacional Comum Curricular, no sentido de envolver as escolas das cidades participantes e circunvizinhas no debate sobre o novo currículo, assim como apresentar os dados preliminares da pesquisa. A palestra foi realizada pela coordenação do projeto em articulação com seus colaboradores, tendo a duração de quatro horas de apresentação e exposição de notícias e materiais referentes à Base Nacional.

Ao final da análise dos dados será agendada uma visita às instituições participantes para a devolução das análises efetuadas, bem como a apresentação de outros processos de formação local. A socialização de uma pesquisa com este endereçamento docente, sobre uma política em curso, poderá subsidiar outras análises em torno do currículo nacional e seus reflexos no fazer local dos sujeitos da educação formal escolarizada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a aplicação dos questionários, desenvolvemos um seminário temático para o qual foi realizado um convite aos professores da cidade de Areia-PB e circunvizinhas. O seminário ocorreu no dia 30 de agosto de 2017. Neste evento, foram discutidos os desafios e as perspectivas que os professores tinham em relação à Base Nacional Comum Curricular, assim como foram esclarecidas dúvidas acerca da Base. Com relação à participação da comunidade escolar, foi observada uma ampla presença de profissionais educacionais e pessoas em processo de formação na área. O número de inscritos ultrapassou o esperado de 120 pessoas, chegando a mais de 150 pessoas presentes no evento. Este dado

revela que a sociedade quer estar por dentro das informações relacionadas ao tema aqui proposto e quer ter voz no processo de escolha nas políticas educacionais. Foram notórias as inquietações, os receios, as dúvidas e os posicionamentos diante da fala de alguns professores que interagiram no evento, dando contribuições essenciais durante o espaço de debate aberto para os mesmos.

A análise crítica do discurso dos questionários vem sendo desenvolvida com base na obra de Fairclough, em que o autor traz um quadro para a análise do discurso, com três orientações linguísticas: **o texto, a prática discursiva e a prática social**, como já mencionado. Entretanto, para a análise dos questionários desta pesquisa, utilizamos com maior ênfase apenas duas dimensões da concepção tridimensional do discurso, quais sejam, a prática discursiva e a prática social, já que o objetivo da pesquisa é analisar a fala, o posicionamento e o conhecimento dos professores diante do que está sendo discutido atualmente dentro da política educacional brasileira.

A análise dos questionários aplicados ainda está em andamento, mas diante do que já foi observado na análise feita, vale ressaltar que a maioria dos professores conhece o que seria a Base Nacional Comum Curricular, mas ainda há professores que desconhecem e sabemos que a discussão acerca da Base não é algo atual, já que ela estava incluída dentro da Constituição Federal e também na Lei de Diretrizes e Bases, e ainda foi ressaltada dentro das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

O Movimento pela BNCC lançou uma campanha com conteúdos e informações destinados especialmente a educadores e demais interessados no debate. No *site* do Movimento pela Base Nacional Comum Curricular estão disponíveis materiais produzidos especialmente para professores e gestores, de modo a nortear como o assunto é abordado e debatido nas escolas. Os professores deveriam estar a par desta situação, já que esta mudança no currículo educacional vai ter um grande impacto direto em suas práticas educativas.

Diante do que já foi analisado no discurso dos professores, no questionário, pode-se perceber, também, que a maioria dos entrevistados concordam com a implementação da Base, mas mesmo aquiescendo, é perceptível a preocupação deles em relação às desigualdades regionais. E os que não aprovam também se justificam com a mesma preocupação, mostrando assim uma fala repetitiva, que já estava presente em discursos anteriores. As falas de alguns desses docentes estão colocadas a seguir, na íntegra, de forma a perceber essa preocupação

com relação à diversidade, quando questionados se acreditam ser necessário um currículo padrão:

“Sim, desde que o professor tenha autonomia para adequar os mesmos a sua realidade.”

“Sim, é necessário ter um eixo norteador, mas respeitando as múltiplas especificidades locais, regionais.”

“Não, acho que essa questão deveria ser mais discutida, pois as realidades são diferentes.”

Eles usaram uma justificativa, a partir de outra já existente, e é assim que os textos conversam entre si, é comum encontrar ecos ou referências de um texto em outro, e a esta relação se dá o nome de intertextualidade, a qual é definida por Fairclough (2001, p. 114) como “a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante”.

Os professores, quando também questionados quanto à influência da BNCC na sua autonomia em sala de aula, mostram através do discurso que isso não os preocupa, pois afirmam que possuem a total liberdade de realizarem o que desejam, e acreditam que aquilo que a Base estabeleceu para eles em relação à autonomia é o suficiente, mostrando uma ideia ilusória, pois os professores esquecem que por mais que se tenha uma parte diversificada que permite a eles escolherem os conteúdos desejados, eles só poderão realizar atividades adicionais quando cumprirem o que foi estabelecido, o que é considerado obrigatório.

Nessa concepção, o discurso deles passa a ser visto como uma ação social com relações de ideologia e poder. Fairclough, no que se refere à ideologia, usa o conceito de Althusser, mas com algumas restrições quanto ao sujeito. Para Althusser, o sujeito é visto como um ser inapto à ação diante da ideologia dominante e é com esta concepção que Fairclough não concorda. Para este último, a ideologia exagera a constituição do sujeito, o considera como não passivo, posicionado ideologicamente, como também capaz de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre diversas práticas ideológicas as quais é exposto e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadas. O equilíbrio entre o sujeito “efeito” ideológico e sujeito agente ativo é uma variável que depende das condições sociais, tal como a estabilidade relativa das relações de dominação.

Em relação ao poder, utiliza a concepção de hegemonia de Gramsci e a concepção da

evolução das relações de poder como luta hegemônica. Fairclough (2001, p. 122) dá a seguinte definição para este processo:

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um 'equilíbrio instável'. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento.

A concepção de hegemonia centraliza o foco da mudança discursiva e social. Esta relação de dominação explicita as formas econômicas, políticas e ideológicas e as respectivas relações de forças em se fazem presentes os diferentes níveis e domínios das instituições sociais. A mudança social dá novos rumos aos discursos que precisam estar de acordo com a realidade histórica e cultural do momento em que ocorrem. Ou seja, a mudança discursiva em relação à mudança social estabelece a dialética entre as ordens de discurso e a prática discursiva.

A BNCC tem sido esse espaço em que, compreendemos, conforme Moreira e Santos (1995) tem manifestado, uma permanente tensão entre a aprendizagem de conhecimentos e as habilidades necessárias à sobrevivência no mundo dos instrumentos, costumes e linguagens e a aprendizagem de conteúdos e processos que permitam ir além do mundo imediato. Em outras palavras, mostra-se inevitável uma tensão entre capacitar o aluno a funcionar apropriadamente no cotidiano e subsidiar-lhe o comprometimento com ações que visem a mudanças sociais significativas, tanto em termos individuais quanto coletivos. Os professores precisam assumir melhor a sua posição nesse movimento de tensão curricular.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise parcial dos dados apreendidos até o momento, pode-se concluir que parte considerável dos sujeitos da pesquisa ainda está tentando se situar no contexto de produção curricular, assim realizando discursos bastante repetitivos, conforme o que já vem sendo debatido dentro do campo educacional.

Os professores parecem necessitar e almejar de mais informações sobre a Base Nacional Comum Curricular, se comprometerem a contribuir com a BNCC e se familiarizarem mais com esta questão tão norteadora, debatida e tão importante para a área da

educação, uma vez que modifica e incide sobre toda a educação brasileira. Vale salientar a importância da análise do discurso para uma compreensão mais aprofundada sobre os principais questionamentos dos professores, o que não é possível perceber só em uma leitura superficial, mas em um estudo mais aprofundado.

Assim percebemos a importância de ser mais debatida a BNCC por parte do poder educacional, o qual possa realizar ainda mais orientações para os professores, a fim de que, assim, eles possam estar a par da situação em que se encontra o nosso currículo educacional e, tão logo a Base seja implementada, os professores já estejam compreendendo por completo o que realmente é a BNCC e possam questioná-la com mais propriedade, uma vez que a proposição curricular recai de forma direta sobre o trabalho que realizam.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/o-que>. Acesso em: 10/09/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações Curriculares**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

MACEDO, E. Base curricular comum: Novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **E-curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, out./dez. 2014.

MOREIRA, A. F. B.: O currículo como política cultural e a formação docente. In T. T. Silva & A. F. Moreira (Orgs.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

RAMALHO, Viviane de Melo & RESENDE, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SANTOS, L. L. C. P. e MOREIRA, A. F. Currículo: questões de seleção e de organização do conhecimento. **Idéias**, n. 26, p. 47-65, 1995.